



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL, INFRAESTRUTURA E GESTÃO DE PESSOAS

Data	Horário	Local
15/03/2022	10h	Ed. Premium – Setor de Administração Federal Sul – SAFS, Quadra 2 – Lote 5/6 virtual
Participantes: Ministro Vieira de Mello Filho Dr. Leandro Galluzzi – juiz auxiliar da Presidência do CNJ Inês Porto (Assessora Chefe)		
Assunto da reunião: Processos Vinculados à Comissão		

DELIBERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Na reunião, procedeu-se ao levantamento e discussão sobre os processos vinculados à Comissão, nos seguintes termos:

- Alteração da Resolução CNJ nº 71/2009 que dispõe sobre o regime de plantão judiciário em primeiro e segundo graus de jurisdição
- Alteração da Resolução CNJ nº 75/2009 que dispõe sobre os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário.
- Alteração da Resolução CNJ nº 64/2008 que dispõe sobre o afastamento de magistrados para fins de aperfeiçoamento profissional.
- Alteração da Resolução CNJ nº 106/2010 que dispõe sobre os critérios objetivos para a aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau.
- Alteração da Resolução CNJ nº 227/2016, que regulamenta o teletrabalho de servidores, no âmbito do Poder Judiciário.
- Alteração da Resolução CNJ nº 135/2011, que dispõe sobre a uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados, acerca do rito e das penalidades, e dá outras providências.
- Regulamentação do trabalho remoto para Magistrados



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- Regulamentação do vitaliciamento de juízes de 1º grau
- Regulamentação do reaproveitamento de magistrados estaduais aposentados que desejarem atuar como auxiliares da justiça
- Acompanhamento do “Programa de Residência Judicial”
- Atualização do valor do auxílio moradia para magistrados
- Acompanhamento da Resolução nº 343/CNJ, que institui condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição e dá outras providências
- Regulamentação das regras para o recebimento da gratificação por exercício cumulativo de juízo e acervo - GECJ para a Magistratura Nacional
- Medidas de implementação da Lei nº 14.133/2021, que trata de licitações e contratos na Administração Pública, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
- Supervisão do Ranking da Transparência do Poder Judiciário
- Definição de critérios para o aproveitamento de candidatos de concursos públicos de outros órgãos do Poder Judiciário na Justiça Eleitoral.
- Regulamentação da Simetria Constitucional entre as carreiras da Magistratura e do Ministério Público
- Regulamentação da denominada “competência delegada”, prevista no art. 109, § 3º, da Constituição Federal.
- Regulamentação da administração de ativos ilícitos no âmbito da Justiça da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- Regulamentação de processo seletivo para ocupação de cargos em comissão e funções comissionadas no âmbito do Poder Judiciário
- Normatização do controle de frequência dos servidores e terceirizados do Poder Judiciário
- Acompanhamento do Cumprimento da Resolução nº 240/CNJ - Política Nacional de Gestão de Pessoas no Poder Judiciário.
- Implementação do auxílio pré-escolar no contracheque de todos os servidores aposentados do Poder Judiciário e do Ministério Público que possuam dependentes com deficiência em alto grau
- Recomposição salarial dos servidores do Poder Judiciário
- Revisão dos valores relativos aos auxílios alimentação e pré-escolar percebidos servidores do Poder Judiciário Federal.

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

Presidente Da Comissão Permanente De Eficiência Operacional, Infraestrutura e Gestão De Pessoas